

O PRIMEIRO OURO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E A CASA DA CASCA

The First Gold of the Captaincy of Minas Gerais and Casa da Casca

Sebastião Ricardo Machado Meireles

Historiador, Mestre em Geografia (PUC Minas).
Professor do Centro Universitário de Caratinga – UNEC, Brasil
prof.sebastiaoricardo@gmail.com

Recebido: 04/01/2026

Aceito: 08/04/2026

Resumo

Esta pesquisa discute a descoberta do ouro em Minas Gerais, analisando as principais controvérsias em torno dos primeiros achados auríferos e de seus descobridores. O estudo destaca a importância das regiões da Zona da Mata e do Alto Rio Doce, no processo historiográfico mineiro. Também aborda a hipótese de que Antônio Rodrigues Arzão provavelmente tenha se desviado da rota de Fernão Dias Pais, o que pode ter contribuído para a descoberta de ouro em novas áreas. Por fim, apresenta argumentos sobre a possível localização da Casa da Casca, uma das localidades mais enigmáticas da historiografia mineira.

Palavras-chave: Ouro; Casa da Casca; Historiografia Mineira.

Abstract

This study examines the discovery of gold in Minas Gerais, analysing the main controversies surrounding the initial discoveries and their discoverers. The research highlights the importance of the Zona da Mata and Alto Rio Doce regions within the historiography of Minas Gerais. It also examines the hypothesis that Antônio Rodrigues Arzão likely deviated from Fernão Dias Pais's route, a circumstance that may have contributed to the discovery of gold in previously unexplored areas. Finally, the study presents arguments regarding the possible location of Casa da Casca, one of the most enigmatic sites in the historiography of Minas Gerais.

Keywords: Gold; Casa da Casca; Historiography of Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A busca por metais preciosos constituiu prioridade desde o início da colonização brasileira. Diferentemente dos espanhóis, que encontraram ouro e prata logo após aportarem em terras americanas, os colonos portugueses demoraram quase dois séculos para localizar jazidas auríferas em quantidade expressiva no interior da colônia.

Até os dias atuais, inúmeras pesquisas têm discutido o local onde se encontrou a primeira pepita de ouro na colônia e quem teria sido seu descobridor. Nesse contexto, esta pesquisa reúne e analisa contribuições da literatura especializada sobre a formação da região mineradora, com o objetivo de discutir possíveis respostas para essas questões e, ao mesmo tempo, destacar a relevância da Zona da Mata e de parte do leste mineiro no processo de ocupação e exploração do território.

Para tanto, são apresentadas as principais localidades percorridas pelas entradas e bandeiras que penetraram o atual território de Minas Gerais, com especial atenção para as regiões da Zona da Mata e do Alto Rio Doce.

A pesquisa também aborda a hipótese de que Antônio Rodrigues Arzão provavelmente tenha se desviado da rota anteriormente percorrida por Fernão Dias Pais e que esse erro de percurso tenha contribuído para o encontro de manifestações auríferas em áreas até então pouco exploradas.

Por fim, são discutidos elementos que auxiliam na identificação da possível localização da Casa da Casca, localidade mencionada em diversas fontes coloniais e que permanece como um dos temas mais intrigantes da historiografia mineira.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa assume caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se no cotejamento de obras historiográficas, corografias, estudos sobre bandeirismo e documentos reunidos em coleções relativas aos primeiros descobrimentos das minas. A opção por esse procedimento decorre da própria natureza do objeto estudado, uma vez que a localização da Casa da Casca e a identificação dos primeiros achados auríferos dependem de fontes indiretas, registros posteriores aos acontecimentos e interpretações produzidas em diferentes momentos da historiografia mineira.

Nesse sentido, não se busca apresentar uma resposta definitiva para questões ainda abertas, mas examinar a coerência interna das interpretações disponíveis. O trabalho considera, portanto, a recorrência dos topônimos, as indicações de rios, serras, caminhos e áreas de passagem, bem como a relação entre os relatos coloniais e sua posterior reelaboração por autores como Derby (1901), Vasconcellos (1944), Barbosa (1979), Matos (1981), Rocha (1995), Matoso (1999) e Delvaux (2010). Tal procedimento permite tratar a Casa da Casca não apenas como um ponto isolado no espaço, mas como uma referência territorial construída a partir de deslocamentos, memórias sertanistas e documentação administrativa.

2. ENTRADAS E BANDEIRAS NAS MINAS GERAIS

As entradas foram expedições organizadas e financiadas pelo governo português, no primeiro século da colonização, com o propósito de explorar o interior da colônia, capturar indígenas para escravizá-los e procurar metais preciosos, especialmente o ouro. Partiam do litoral, sobretudo da Bahia e do Espírito Santo (Quadro 1), em direção ao sertão, que mais tarde viria a integrar a Capitania de Minas Gerais.

O Quadro não apresenta todas as entradas realizadas na colônia brasileira, mas apenas as principais, durante o primeiro século da colonização, que tinham como destino as regiões da Capitania de Minas Gerais. Nenhuma delas alcançou o sucesso esperado, e todas retornaram com poucas amostras do metal precioso. As mais promissoras foram as de Antônio Dias Adorno (1574), que “colheu belíssimas turmalinas verdes e azuis, além de vestígios de ouro” (Vasconcellos, 1944, p. 28), e Marcos de Azevedo (1596), que encontrou esmeraldas nas proximidades da lagoa de Vapabuçu (Barreiros, 1979).

Já as bandeiras foram expedições comandadas por particulares, com o intuito de procurar ouro e pedras preciosas, capturar indígenas para escravizá-los e recapturar escravizados fugitivos. Diferentemente das entradas, que saíam das capitanias da Bahia e do Espírito Santo, “o bandeirismo é fenômeno exclusivamente paulista”, conforme salienta Ellis Júnior, citado por Barbosa (1979, p. 23).

A distinção entre entradas e bandeiras, entretanto, não deve ser compreendida apenas como diferença administrativa ou de origem geográfica. Ela também expressa formas distintas de conhecimento e apropriação do sertão. As entradas, vinculadas de modo mais direto aos interesses da administração colonial, dependiam de autorizações, roteiros e objetivos previamente definidos. As bandeiras, por sua vez, articulavam interesses privados, experiência sertanista, redes locais de informação e conhecimento prático dos caminhos, rios e serras, aspecto recorrente nas análises de Barbosa (1979) e Vasconcellos (1944).

Esse aspecto é relevante para compreender as controvérsias em torno da Casa da Casca. Em regiões ainda pouco cartografadas, a orientação pelos cursos d'água, divisores de bacias, serras e picos isolados constituía elemento fundamental para a circulação dos sertanistas. Assim, a identificação de lugares como Itaverava, Guarapiranga, Arripiados, Cuieté e Casa da Casca exige cautela, pois tais denominações podiam designar áreas amplas, caminhos de passagem ou zonas de mineração, e não necessariamente pontos fixos equivalentes aos limites municipais atuais.

Quadro 1 – Principais entradas no sertão da Capitania de Minas Gerais no século XVI

ANO	PROMOVIDA POR	ENTRADA PELO TERRITÓRIO DE	TRAJETO / PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ESPACIAIS
1531	Martim Afonso de Souza	Rio de Janeiro	Teria margeado áreas associadas ao futuro território das Minas.
1554	Francisco Bruzza de Spinozza e João Aspilcueta Navarro	Porto Seguro	Percorreu os rios Caravelas, Jequitinhonha, Pardo e São Francisco.
1567–1568	Martim Carvalho	Porto Seguro	Seguiu pelos rios Jequitinhonha e Cricaré.
1572–1573	Sebastião Fernandes Tourinho	Porto Seguro	Percorreu os rios Jequitinhonha, Guandu, Araçuaí e Doce.
1574	Antônio Dias Adorno	Porto Seguro	Subiu o rio Caravelas e explorou os vales do Mucuri e do Araçuaí.
1596	Marcos de Azevedo	Espírito Santo	Margeou o rio Doce e alcançou a lagoa de Vapuaçu.
1596	Diogo Martins Cão	Espírito Santo	Seguiu em busca da serra do Sabarabuçu, sem alcançá-la.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Vasconcellos (1944), Barreiros (1979) e Barbosa (1979).

Na região da capitania mineira, as bandeiras se intensificaram de modo expressivo. Entre os anos de 1710 e 1790, registram-se aproximadamente 83 incursões, segundo levantamento realizado por Resende (2003). Nas últimas duas décadas desse recorte, período em que foram encontradas pepitas de ouro mais significativas, observam-se 21 entradas nos arredores da Zona da Mata e dos Sertões do Leste.

No Quadro 2 são apresentadas informações das principais descobertas do último decênio do século XVII, especificamente nas regiões da Zona da Mata e do Alto Rio Doce.

A intensificação da procura por ouro e sua consequente descoberta em diversas regiões das Minas Gerais relacionam-se à resolução expedida por D. Pedro II (1648–1706), em 1674, que determinava que as minas descobertas caberiam a seus descobridores, mediante o pagamento do quinto à Coroa. A medida representou uma mudança importante na legislação mineral portuguesa, que tradicionalmente atribuía à Coroa a propriedade das riquezas minerais. Ao garantir o direito de exploração aos descobridores, a norma estimulou a realização de novas expedições pelos sertões e favoreceu a ampliação dos descobrimentos auríferos.

Além do estímulo jurídico-econômico representado pela concessão do direito de exploração aos descobridores, a expansão das buscas por ouro também dependeu de uma circulação crescente de informações sobre o interior. Notícias de serras, rios, pedras verdes, cascalhos auríferos e antigas passagens orientavam a ação dos sertanistas, ainda que nem sempre aparecessem de forma explícita nos documentos. A historiografia sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais evidencia que a ocupação dos sertões não se deu de maneira linear, mas por aproximações sucessivas, avanços, retornos e

reinterpretações de rotas já percorridas, como se observa nos trabalhos de Derby (1901), Vasconcellos (1944) e Matoso (1999).

Nesse processo, os povos indígenas tiveram papel decisivo, ainda que frequentemente secundarizado nas narrativas tradicionais. Além de sofrerem diretamente os impactos das expedições, eram conhecedores de caminhos, rios, áreas de caça, serras e passagens naturais. A própria documentação sobre as bandeiras revela que as informações sobre mananciais auríferos, áreas de travessia e caminhos possíveis muitas vezes dependiam de contatos, coerções ou alianças com populações indígenas. Por isso, a discussão sobre os primeiros achados de ouro não pode ser dissociada da presença indígena nos sertões da Zona da Mata, Alto Rio Doce e áreas vizinhas, conforme também indica Resende (2003) ao analisar os indígenas coloniais em Minas Gerais setecentista.

Quadro 2 – Principais descobertas auríferas nas Minas Gerais (1690–1698)

ANO	PESSOA	LOCALIDADE	DESCOBERTA
1690	João de Faria	Morros de Ibitipoca	Descobriu minas de cristais finos e indícios minerais.
1691	Francisco Rodrigues de Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho	Rio Guarapiranga (atual rio Piranga) e córregos afluentes	Descoberta de ouro em córrego afluente do Piranga e posteriormente no córrego das Almas.
1693	Antônio Rodrigues Arzão	Casa da Casca (alto vale do rio Doce)	Encontrou ouro em ribeiros da região, reunindo cerca de três oitavas.
1697	Bartolomeu Bueno Siqueira, Miguel de Almeida, Antônio de Almeida e outros	Itaverava	Encontraram amostras de ouro durante a expedição rumo à Casa da Casca.
1698	Bartolomeu Bueno Siqueira e companheiros	Itaverava	Maior quantidade de ouro do que em expedições anteriores, motivando a fixação de moradores e a ampliação dos descobrimentos.
c.1699	Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Miguel Garcia Velho e outros	Itaverava, Casa da Casca, Cuieté e vale do rio Doce	Participaram da ampliação da exploração aurífera e da ocupação dos sertões mineradores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de: Derby (1901), Vasconcelos (1944) e Matoso (1999).

3. O OURO E A CASA DA CASCA

Entre tantas entradas e bandeiras, dois nomes destacam-se e estão intimamente ligados à descoberta do ouro na Capitania de Minas Gerais: Fernão Dias Pais (1674) e Antônio Rodrigues Arzão (1693).

A bandeira de Fernão Dias Pais, realizada entre 1674 e 1681, além de ter encontrado esmeraldas, foi responsável por criar arraiais e fundar povoações por onde passava. O roteiro dessa bandeira foi objeto de diversos estudos, destacando-se, entre os mais

detalhados, os de Vasconcellos (1944) e Barreiros (1979). Todavia, opta-se aqui por apresentar um roteiro conciso elaborado por Rocha (1995, p. 81-82):

Na diligência do ouro, se avançou as maiores distâncias Fernão Dias Pais, cortando os sertões do Serro Frio; e ainda adiante, em bastante distância, descobriu as esmeraldas (...). Desta sorte, chegou à paragem chamada pelos naturais de *Anhonhecanhuva* (Sumidouro). Aqui se deteve Fernão, por espaço de quatro anos, com pouca diferença e fez várias entradas no Sabarabuçu, que vale o mesmo que coisa felpuda e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, à qual chamam todos, hoje, Serra Negra ou das Esmeraldas. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se não lhe soube dar o valor de que, talvez, eram dignas.

Para Barbosa (1979, p. 39), foi a “bandeira de Fernão Dias que descobriu Minas Gerais, devassou os sertões do nosso território, abriu caminho para o Nordeste (...), revelou as riquezas, sobretudo o ouro”, que viria a ser encontrado quase duas décadas depois, pelo bandeirante Antônio Rodrigues Arzão.

A expedição de Arzão, realizada em 1693, foi a primeira que efetivamente encontrou ouro na Capitania de Minas Gerais. Partindo de São Paulo, na companhia de 50 homens, Arzão adentrou o sertão rumo a Itaverava. Vasconcelos (1999, p. 124) apresenta o seguinte roteiro da bandeira de Arzão:

Chegando na Itaverava (proseguiu¹) e for ter à serra do Guara-Piranga, de onde pela manhã avistou os píncaros agudos de Arripiados, por efeito da luz oriental, parecendo mais próximos. Descendo nessa direção, encontrou Arzão o Rio Piranga, em seu melhor braço, descendente das serras auríferas e com indícios esperançosos; quando também deparou com alguns índios da nação puri, que lhe deram notícia de mais rico manancial, o da casa, originário da cordilheira, que o vinha atraindo. No ramo superior desta, chamado Serra do Brigadeiro, há um pico denominado Pedra Menina, semelhança do Itacolomi, ilusão pela qual o aventureiro avançou chegando ao Casca, em cujas areias achou efetivamente as pintas de ouro.

O roteiro atribuído a Arzão deve ser lido com atenção porque nele aparecem elementos centrais para a interpretação geográfica do episódio: Itaverava, Guarapiranga, Arripiados, Pedra Menina, Rio Piranga, Rio Casca e os contatos com indígenas puris. A sequência desses marcos sugere um deslocamento orientado por referências naturais, especialmente serras e cursos d'água, e não por uma cartografia precisa no sentido moderno. Isso ajuda a compreender por que a localização da Casa da Casca permaneceu controversa: os relatos coloniais descrevem direções, paisagens e áreas de ocorrência, mas raramente fornecem coordenadas ou delimitações inequívocas.

¹ Grifo nosso.

A presença dos puris no relato também merece destaque, pois reforça a ideia de que a descoberta do ouro não foi resultado exclusivo da iniciativa dos bandeirantes. Mesmo quando os documentos atribuem protagonismo nominal a Arzão, a informação sobre “mais rico manancial” aparece mediada pelo conhecimento indígena do território, conforme se observa no próprio roteiro apresentado por Vasconcelos (1999). Assim, a narrativa dos primeiros descobrimentos auríferos deve ser interpretada como resultado de interações desiguais entre sertanistas, populações indígenas e ambiente físico.

Se Fernão Dias Pais foi bem-sucedido em sua bandeira, encontrando vestígios promissores do metal precioso, por que Arzão teria seguido outra rota que não a dele? As hipóteses são três: a) os bandeirantes guiavam-se pelos picos das serras, conforme observa Vasconcelos (1999), e, em meio a tantas serras nos Sertões do Leste, Arzão confundiu o pico conhecido como Pedra Menina com o Itacolomi, desviando-se, assim, da rota de Fernão; b) no momento em que Arzão alcançou Itaverava, “ponto geográfico de bifurcação, pois a noroeste levava ao Rio das Velhas e a nordeste e norte, acompanhando o Rio Doce, conduzia ao Cuieté” (Matos, 1981, p. 77), decidiu ir em direção aos Sertões do Leste; c) por fim, o historiador Raimundo da Cunha Matos (1981, p. 77), em seu minucioso estudo sobre a capitania mineira, observa que, “interditado o Sabarabuçu, por ato de Fernão Dias Pais, as bandeiras passam ostensivamente a frequentar o Sertão do Cuieté, ou da Casa da Casca, isto é, a bacia do Rio Doce”. Desse modo, as intercorrências levaram a bandeira de Arzão a se desviar da rota de Fernão Dias Pais para os Sertões do Leste e encontrar o tão procurado ouro.

A façanha de Arzão foi eternizada pelo poeta mineiro Cláudio Manoel da Costa, no poema Vila Rica, publicado em 1773, no qual relata: “Levados do fervor que o peito encerra / Vês os Paulistas, animosa gente, / Que ao Rei procuram do metal luzente / Co'as próprias mãos enriquecer o Erário. / Arzão é este, é este o temerário, / Que da Casca os sertões tentou primeiro”.

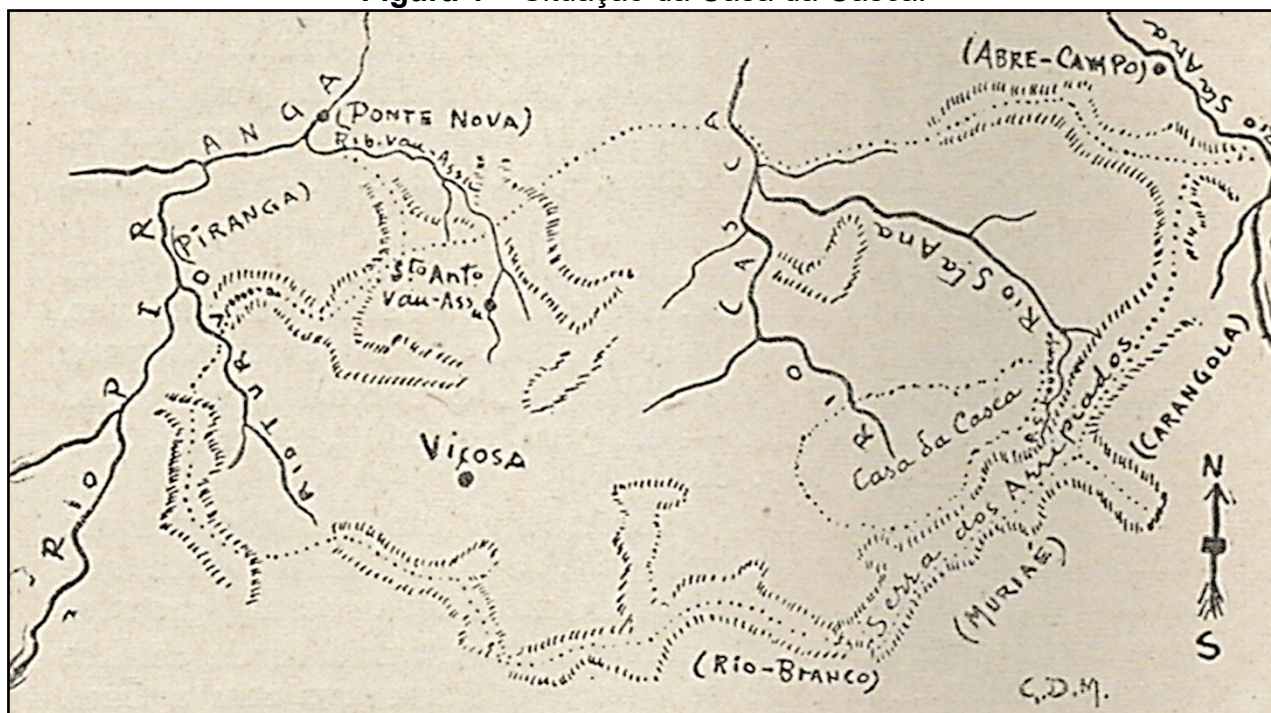
A “Casca” à qual Cláudio Manoel da Costa faz referência é a Casa da Casca, local onde Arzão encontrou as famosas três oitavas de ouro (cerca de 10 gramas), que entregou ao governador da Capitania do Espírito Santo. A região da Casa da Casca suscitou várias discussões entre historiadores sobre o local exato onde ela se encontrava, tornando-se, inclusive, um tema envolto em mito e lenda. Segundo Vasconcellos (1944, p. 50), “cada escritor, em éstos de fantasia, a tem situado em pontos diferentes do leste mineiro. Calógeras, por exemplo, chega a localizá-la no Cuieté, outros historiadores, no Abre-Campo, e ainda, outros no médio rio Casca”.

Salomão Vasconcellos (1944), com base em estudo detalhado realizado nos documentos do APM, chegou à conclusão de que a Casa da Casca se localizava na “região do município de Viçosa, nas proximidades da serra dos Arripiados”. Seguem, na íntegra, os argumentos utilizados para tal afirmação e um croqui da situação da Casa da Casca (Figura 1):

- a) Houve, em 1718, uma patente conferida pelo Conde de Assumar a José Dias Leme, *morador no Guarapiranga*, para descobrir a Casa da Casca (Cód. 12 S. G., pág. 288, verso – APM);
- b) Em 1726, expedida D. Lourenço de Almeida outra patente, a José Luiz Borges, a efeito de tentar, por sua vez, esse descobrimento, tendo esse direito as suas vistas para o *sul de Guarapiranga, até ao Xopotó e Coroados*, em cujas paragens – diz a patente – ele penetrou até à Casa da Casca (Cód. 28, S. G., pág. 66).
- c) Ainda em 1726, o referido governador expediu um Bando, no qual se declarava que “(...) porquanto consta que nos matos de Itaverava se acham moradores com grandes conveniências de ouro (...) iguais em abundância às da célebre Casa da Casca (...) e como se comunica Itaverava com a Casa da Casca, para onde já mandei facilitar o caminho pelo capitão-mor das Congonhas e se acha feito” (Cód. 27, S. G., pág. 20).
- d) Adiante, no mesmo códice, página 26, se diz: “porquanto o capitão-mor Luiz Borges Pinto tem já aberto picada para a Casa da Casca e fez já jornada por ela, indo até ao rio dos Coroados (...)”.
- e) O rio chamado Casca, (afluente do Rio Doce) e os seus principais tributários, inclusive o Sant’Ana da Casca, nascem nos contrafortes da serra de Arripiados.
- f) Há, finalmente, ainda a invocar o texto de uma patente conferida em 1780 por D. Rodrigo José de Menezes a João Pereira Martins, para capitão-mor do distrito de ordenanças da Casa da Casca e Arripiados, compreendendo esse distrito (diz o texto) toda a zona que “ia de Santo Antônio do Vau-Assú”, (nos limites de Viçosa com Guarapiranga) até o extremo leste, no rio São Lourenço, que divide Viçosa com Abre Campo (Cof. Cód. 217, S. G., pág. 257 e a carta geográfica do Estado).

A documentação reunida por Vasconcellos (1944) é importante porque desloca a discussão da Casa da Casca de uma tradição puramente lendária para um campo de análise documental. As patentes, bandos e referências administrativas citadas pelo autor indicam que a Casa da Casca era suficientemente conhecida para justificar expedições, abertura de picadas, nomeação de autoridades e menções em documentos oficiais. Ainda assim, esses registros não autorizam a identificação absoluta de um ponto único, mas permitem delimitar uma área provável de ocorrência, associada ao Guarapiranga, Xopotó, Coroados, Arripiados, rio Casca e limites históricos vinculados à região de Viçosa e Abre Campo.

Figura 1 – Situação da Casa da Casca.



Fonte: Vasconcellos (1944).

Dessa forma, a Casa da Casca pode ser compreendida como uma territorialidade histórica, isto é, como uma referência espacial construída pela circulação de sertanistas, pela expectativa de riqueza mineral e pela memória administrativa da capitania. Essa leitura é compatível com a interpretação de Delvaux (2010), para quem determinados lugares dos sertões mineiros integravam uma geografia simultaneamente prática e imaginária, formada por caminhos, rumores, mapas incompletos e experiências de conquista territorial. A hipótese mais prudente, portanto, não consiste em fixar a Casa da Casca em um ponto exato, mas em reconhecê-la como área de referência situada nos sertões orientais, provavelmente relacionada ao alto vale do rio Doce e aos contrafortes da serra dos Arripiados.

As evidências apresentadas são pontuais e apontam para uma localização plausível da Casa da Casca, mas, ainda assim, não se pode afirmá-la com exatidão, sobretudo devido à ausência de documentação referente ao final do século XVII que registre o descobrimento do ouro em Minas Gerais. Fato é que a Casa da Casca se localizava na região dos Sertões do Leste, “tendo sido incorporada à geografia mítica do sertão e aos conhecimentos dos sertanistas” (Delvaux, 2010, p. 84).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite afirmar que a controvérsia sobre o primeiro ouro das Minas Gerais resulta menos da ausência completa de informações e mais da natureza fragmentária, posterior e, por vezes, contraditória das fontes disponíveis. Os relatos sobre entradas, bandeiras e descobrimentos auríferos foram produzidos em contextos distintos, com interesses administrativos, econômicos e memorialísticos variados. Por essa razão, a interpretação deve evitar tanto a aceitação literal das tradições quanto a rejeição completa dos indícios preservados pela documentação.

A presente pesquisa buscou contribuir para o debate historiográfico acerca dos primeiros descobrimentos auríferos em Minas Gerais, destacando o papel desempenhado pela Zona da Mata e pelo leste mineiro nesse processo. A análise das fontes permitiu evidenciar que essas regiões, muitas vezes secundarizadas nas narrativas tradicionais sobre a formação da sociedade mineradora, tiveram participação relevante nas incursões sertanistas que antecederam a consolidação da atividade mineradora na capitania.

O estudo também demonstrou que as entradas e bandeiras foram fundamentais para a descoberta das primeiras manifestações auríferas, processo que foi intensificado pela decisão da Coroa portuguesa de conceder aos descobridores o direito de exploração das minas, mediante o pagamento do quinto. Tal medida estimulou novas expedições e contribuiu para ampliar a busca por metais preciosos nos sertões da América Portuguesa.

Quanto à localização do primeiro achado de ouro em Minas Gerais, à identificação de seu descobridor e à misteriosa Casa da Casca, não foi possível apresentar respostas definitivas. Entretanto, a pesquisa reuniu evidências e argumentos que permitem ampliar a compreensão dessas questões e oferecer novas possibilidades interpretativas para o debate historiográfico.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para futuras investigações sobre os primórdios da mineração, reforçando a importância dessas regiões na formação histórica de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. v. 1. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das esmeraldas**: a bandeira de Fernão Dias Pais. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1979.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

DELVAUX, Marcelo Mota. Cartografia imaginária do sertão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, dossiê Mapeando a Conquista, n. 76, p. 75-87, 2010. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010D11.pdf. Acesso em: 18 dez. 2017.

DERBY, Orville A. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais pelo Dr. Orville A. Derby. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 5, p. 240-279, 1901.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LATIF, Miran M. de Barros. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d. 208 p.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. v. 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

MATOSO, Caetano da Costa. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado).

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais**. Estudo crítico por Maria Efigênia Lage de Resende, transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Coleção Mineiriana).

VASCONCELLOS, Salomão de. **Bandeirismo**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura – vol. XV, 1944.

VASCONCELOS, Diogo de. **História média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Recebido: 04/01/2026
Aceito: 08/04/2026